ESTADO DE SERGIPE
Ministério Público – Procuradoria Geral da Justiça

Concurso Público para Provimento do Cargo de

Promotor de Justiça

FASE INTERMEDIÁRIA
Segunda Prova

AUTENTICAÇÃO DIGITAL
POLEGAR DIREITO

2ª VEZ

1ª VEZ

Para uso Exclusivo da FCC

INSTRUÇÕES

– No campo indicado escreva seu nome e assine. Não assine a prova em nenhum outro local, nem por qualquer forma a identifique. A identificação implica anulação.

– Este caderno de prova contém um total de 15 questões teóricas e uma questão prática.

– Para o rascunho e para a redação definitiva das questões teóricas e da questão prática utilize **apenas** os espaços a eles destinados.

– Escreva com letra legível e a tinta, usando caneta de tinta preta, evite o uso de corretivo.

– Em nenhuma hipótese os rascunhos serão considerados na correção.

– Será permitida consulta a textos legais não comentados e não anotados.

– Não será permitido o empréstimo de material de consulta.

– Você terá 4 horas para responder as questões teóricas e redigir a questão prática.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio, 2002

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão nº 1 – No que consistem os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade?

RASCUNHO

Questão nº 2 – O que é invalidação do ato administrativo e quais seus efeitos?

RASCUNHO

Questão nº 3 – O administrado goza do direito à revisibilidade? Justifique.

RASCUNHO

Questão nº 4 – Considerando que a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, o controle judicial do ato administrativo é absoluto ou relativo? Justifique.

RASCUNHO

Questão nº 5 – As permissões de serviço público e de uso de bem público são consideradas atos administrativos precários? Fundamente.

RASCUNHO

Para uso Exclusivo da FCC

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão nº 1 – No que consistem os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade?

Questão nº 2 – O que é invalidação do ato administrativo e quais seus efeitos?

Questão nº 3 – O administrado goza do direito à revisibilidade? Justifique.

Questão nº 4 – Considerando que a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, o controle judicial do ato administrativo é absoluto ou relativo? Justifique.

Questão nº 5 – As permissões de serviço público e de uso de bem público são consideradas atos administrativos precários? Fundamente.

NOTA

DIREITO CIVIL

Questão nº 1 – O que diferencia o loteamento do desmembramento no parcelamento do solo urbano?

RASCUNHO

Questão nº 2 – No registro imobiliário, o que é o princípio da especialidade?

RASCUNHO

Questão nº 3 – O que é pacto antenupcial?

RASCUNHO

Questão nº 4 – No direito das obrigações, o que é necessário para se admitir caracterizada a solidariedade?

RASCUNHO

Questão nº 5 – Quais os pressupostos da responsabilidade civil aquiliana?

RASCUNHO

Para uso Exclusivo da FCC

DIREITO CIVIL

Questão nº 1 – O que diferencia o loteamento do desmembramento no parcelamento do solo urbano?

Questão nº 2 – No registro imobiliário, o que é o princípio da especialidade?

Questão nº 3 – O que é pacto antenupcial?

Questão nº 4 – No direito das obrigações, o que é necessário para se admitir caracterizada a solidariedade?

Questão nº 5 – Quais os pressupostos da responsabilidade civil aquiliana?

NOTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão nº 1 – No que consiste a "negligência das partes" para os fins do artigo 267, inciso II, do Código de Processo Civil?

RASCUNHO

Questão nº 2 – Qual o recurso cabível contra decisão que indefere liminarmente a reconvenção? Justifique.

RASCUNHO

Questão nº 3 – Diante da norma do artigo 499, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, o Ministério Público pode recorrer da sentença que julgou improcedente a ação de separação judicial? Justifique.

RASCUNHO

Questão nº 4 – Se as partes requereram o julgamento antecipado da lide, o Juiz pode determinar a realização de provas? Justifique.

RASCUNHO

Questão nº 5 – Quem pode figurar nos pólos ativo e passivo da ação de sonegados prevista no artigo 994, do Código de Processo Civil? Justifique.

RASCUNHO

Para uso Exclusivo da FCC

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão nº 1 – No que consiste a "negligência das partes" para os fins do artigo 267, inciso II, do Código de Processo Civil?

Questão nº 2 – Qual o recurso cabível contra decisão que indefere liminarmente a reconvenção? Justifique.

Questão nº 3 – Diante da norma do artigo 499, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, o Ministério Público pode recorrer da sentença que julgou improcedente a ação de separação judicial? Justifique.

Questão nº 4 – Se as partes requereram o julgamento antecipado da lide, o Juiz pode determinar a realização de provas? Justifique.

Questão nº 5 – Quem pode figurar nos pólos ativo e passivo da ação de sonegados prevista no artigo 994, do Código de Processo Civil? Justifique.

NOTA

QUESTÃO PRÁTICA

O Juiz de Direito Corregedor Permanente do Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca X determinou o registro de alteração de contrato social, excluindo sócio minoritário da sociedade civil, que não assinou o instrumento de alteração nem concordou com a providência.

Na qualidade de representante do Ministério Público, redigir parecer nos autos de mandado de segurança impetrado pelo sócio minoritário contra o ato judicial acima descrito.

RASCUNHO

Para uso Exclusivo da FCC

QUESTÃO PRÁTICA

O Juiz de Direito Corregedor Permanente do Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca X determinou o registro de alteração de contrato social, excluindo sócio minoritário da sociedade civil, que não assinou o instrumento de alteração nem concordou com a providência.

Na qualidade de representante do Ministério Público, redigir parecer nos autos de mandado de segurança impetrado pelo sócio minoritário contra o ato judicial acima descrito.

NOTA